

OPORTUNIDADES NO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NO BRASIL

José Gutman
Diretor da ANP

No presente artigo, em breve síntese, serão apresentados os fundamentos que consolidam as atuais oportunidades no setor de petróleo e gás natural no país, reforçando o papel da ANP para fortalecer esta trajetória de recuperação setorial.

O papel do conhecimento no processo de desenvolvimento, cada vez mais evidente, nos conduz a valorizar uma importante quebra de paradigma, resumida pelo muito referenciado Peter Drucker: "*O conhecimento era um bem privado, associado ao verbo SABER. Agora, é um bem público ligado ao verbo FAZER*".

Nesta sintonia, portanto, cumpre registrar que, longe de estagnado, o programa da ANP de aquisição sistemática de dados geológicos e geofísicos vem cuidando de fornecer os necessários subsídios para a retomada setorial. Em especial, por meio do avanço do Plano Plurianual de Estudos de Geologia e Geofísica (PPA), que garantiu, desde 2007, cerca de R$ 1,5 bilhão em investimentos na execução de levantamentos geológicos e geofísicos nas bacias sedimentares de nova fronteira, sobretudo nas bacias terrestres. *Pari passu*, foram acrescidas também, sob gestão da ANP, as atividades de perfuração de poços estratigráficos com recursos da cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação, nas bacias de São Francisco, São Luiz e Parecis.

Tais investimentos, além de subsidiar os processos de avaliação e seleção das áreas exploratórias para as rodadas de licitações promovidas pela ANP, possuem relevância estratégica para o desenvolvimento nacional, na medida em que ampliam as bases energéticas brasileiras, essencial para um sustentável desenvolvimento do país.

Antes de listar o extenso número de ações e conquistas do PPA, destaco a importância destes investimentos para incremento das atividades exploratórias da Bacia do Parnaíba, hoje responsável por cerca de 10%

da produção de gás natural do país, bem como os estratégicos levantamentos, hoje em operação, na Bacia (de Nova Fronteira) do Paraná.

A importância dada pela ANP ao papel do conhecimento na alavancagem setorial pode ser ainda evidenciada pela gestão de 6,2 PBytes em informações de levantamentos sísmicos, dados de poços e métodos multigeofísicos. Apenas para ilustrar, tal montante de Bytes equivale a mais de 1 bilhão de fotos digitais.

Juntamente a estes mais sedimentados investimentos em conhecimento, identificam-se novos importantes esforços nesta mesma direção:

i) a implementação, ora em desenvolvimento, do Centro de Rochas e Fluidos da ANP, aglutinando atividades de guarda, manutenção e pesquisa, a ser construído em uma área de aproximados 46.000 m², no Distrito de Xerém, Município de Duque de Caxias – RJ; e

ii) o processo de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) da Bacia Sedimentar Marítima de Sergipe/Alagoas/Jacuípe, com vistas a subsidiar ações governamentais para o desenvolvimento sustentável e ao planejamento estratégico de atividades ou empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural, incluindo o auxílio aos processos decisórios relativos à outorga de blocos exploratórios.

Em uma perspectiva de ações mais imediatas, cumprindo uma de suas principais tarefas, a ANP se dedica ao preparo das rodadas de licitação que, em 2017, oferecerão oportunidades para pequenos, médios e grandes players, em diversas regiões, em diferentes níveis de complexidade. Vejamos:

No primeiro trimestre de 2017 teremos a 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais cujo objeto é a outorga de contratos de concessão para exercício das atividades de reabilitação e produção de petróleo e gás natural em 10 áreas, distribuídas em 3 bacias sedimentares terrestres maduras: Potiguar, Recôncavo e Espírito Santo. As áreas foram selecionadas com o objetivo de continuidade dessas atividades em regiões onde exercem importante papel socioeconômico.

No segundo semestre do próximo ano mais duas rodadas estão previstas, a 14ª Rodada de Blocos Exploratórios e a 2ª Rodada da Partilha de Produção.

Os estudos de blocos, a serem licitados na 14ª Rodada, estão concentrados em bacias marítimas de elevado potencial (Santos e Espírito Santo), de novas fronteiras marítimas (Pelotas e Sergipe-Alagoas), novas fronteiras terrestres (Parnaíba e Paraná) e 4 bacias maduras terrestres (Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Espírito Santo).

Já a 2a Rodada de Licitações sobre o Regime de Partilha de Produção pretende disponibilizar inicialmente quatro áreas unitizáveis internas ao Polígono do Pré-Sal, em áreas vizinhas a áreas que hoje já estão contratadas: prospectos de Carcará (Bloco BM-S-8), Gato do Mato (S-M-518) e do Campo de Sapinhoá, na bacia de Santos, e da jazida Tartaruga Mestiça, Campo de Tartaruga Verde, na bacia de Campos.

A estas licitações devem ser somadas as oportunidades de novos investimentos advindas do projeto batizado de Topázio, da Petrobras, no qual esta empresa colocou à venda 98 campos e 6 blocos exploratórios, agrupados em 10 clusters. Para a ANP isto representa um relevante evento para a promoção de duas dimensões vinculadas à missão institucional da Agência:

i) a construção de um mercado mais competitivo, com o estímulo ao aparecimento de novos players; e

ii) a capilarização e o adensamento da cadeia produtiva regional, que pode ter um importante papel de complementariedade com a 4ª Rodada de Acumulações Marginais e a R14, mormente quando parte das áreas estudadas na R14 estão na abrangência de muitos dos campos arrolados no âmbito do Topázio, criando potenciais sinergias futuras.

Além das oportunidades no setor de *Upstream*, devem também ser destacadas medidas de aprimoramento do setor de gás natural, tendo em vista a anunciada redução da participação da Petrobras nesse segmento. Esta excelente iniciativa do governo federal, denominada de Gás para Crescer, é composta por um conjunto de frentes de trabalho ou ações que visa construir um ambiente

favorável à atração de investimentos, prioritariamente privados, tendo como pilares: a adoção de boas práticas internacionais, aumento da competição, diversidade de agentes, maior dinamismo e acesso à informação.

Dentre as diretrizes estratégicas da mencionada iniciativa, destaco, entre outras: i) realização de leilões regulares de blocos exploratórios, incluindo áreas vocacionadas para a produção de gás natural, especialmente em terra; ii) estímulo ao desenvolvimento de instalações de estocagem de gás natural, iii) estímulo aos mercados de curto prazo e secundário (molécula e capacidade); iv) reforço da separação entre as atividades de carregamento e transporte; v) reavaliação dos modelos de outorga de transporte, armazenamento e estocagem; e vi) regulamentação do acesso de terceiros aos dutos de escoamento, a UPGNs e terminais de regaseificação.

No que tange aos setores de refino e abastecimento, as dimensões continentais do país apontam para substantivas oportunidades, sobretudo em investimentos nas potencialidades de integração dos vários modais de transporte e armazenagem, independente do *mix* que venha ser desenhado entre a contribuição do refino doméstico e da importação.

Em resumo, durante o recente "compasso de espera" que atingiu em escala global as decisões de investimentos da indústria de petróleo e gás natural, a ANP continuou firme em sua tarefa institucional, que no presente contexto corresponde ao preparo das condições de retomada dos investimentos setoriais. Finalmente é um valioso registro verificar que para esta retomada convergem as inúmeras oportunidades, aqui listadas, nos vários elos da cadeia do petróleo e gás natural.



Natural do Rio de Janeiro, José Gutman formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1995 e em Direito pela Universidade Cândido Mendes, em 2005. Tornou-se Mestre em Planejamento Energético pela Coppe- UFRJ em 1998 e especialista em Regulação, Concorrência e Reestruturação de Setores de Infraestrutura, pelo Instituto de Economia da UFRJ, em 2000. É servidor da ANP desde junho de 1999, quando foi contratado como servidor temporário para exercer a função de analista técnico. Em dezembro de 2005 tomou posse como servidor efetivo, após aprovação em concurso público, no cargo de Especialista em Regulação. De janeiro de 2005 até maio de 2013, atuou na Superintendência de Participações Governamentais como superintendente-adjunto (2005 a 2008) e como superintendente (2008 a 2013). Tornou-se diretor em maio de 2013. Em mais de uma década e meia atuando na ANP, desenvolveu atividades profissionais que sedimentaram um forte conhecimento prático setorial, através da participação em inúmeras fiscalizações e vistorias técnicas em instalações relacionadas à indústria de petróleo e gás natural em diversos estados brasileiros. Como diretor, chefiou missões internacionais nos Estados Unidos, Canadá, Noruega, Reino Unido e França, focadas em relevantes temas relacionados à regulação da ANP. Nestes, e em diversos outros fóruns no Brasil e no exterior, vem proferindo palestras sobre a experiência da regulação setorial nacional. É autor ou coautor de publicações na área, entre as quais se destaca o livro "Tributação e Outras Obrigações na Indústria do Petróleo" (Ed. Freitas Bastos, 2007).